



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Da Senhora Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater a proteção do Plano de Previdência Complementar (PPC) da FINEP e os direitos de empregados, aposentados e pensionistas diante da tentativa de cisão e transferência da gestão do plano.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, com o objetivo de debater a proteção do Plano de Previdência Complementar (PPC) da Financiadora de Estudos e Projetos e os direitos de empregados (as), aposentados(as) e pensionistas diante da tentativa de cisão e transferência da gestão do plano. Para a audiência pública, sugerem-se os seguintes convidados:

1. Adiles Rejane Simões Lins, Diretora-Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas da FIPECq (ASAF);
2. João Vicente Cavalcante Campos Tavares, Presidente da Associação dos Empregados da Finep (AFIN);
3. Representante indicado pela ASAF e pela AFIN para falar em nome dos participantes e assistidos do Plano PPC;
4. Representante da Financiadora de Estudos e Projetos;
5. Diretor-Presidente da FIPECq Previdência;
6. Diretor responsável pela área de Previdência da FIPECq Previdência;
7. Diretor responsável pela área de Investimentos da FIPECq Previdência.



JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo promover, no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público, um debate público sobre os impactos trabalhistas e previdenciários decorrentes da decisão da Financiadora de Estudos e Projetos de reabrir processo de seleção para transferência da gestão do Plano de Previdência Complementar (PPC), atualmente administrado pela FIPECq Previdência, para outra entidade fechada de previdência complementar.

O PPC é estruturado na modalidade de benefício definido e constitui importante instrumento de proteção previdenciária para empregados (as) da Finep, aposentados (as) e pensionistas, representando parcela essencial da renda de centenas de famílias. Nos últimos anos, o plano passou por processo de reorganização administrativa e atuarial que contribuiu para o seu equilíbrio e melhoria de indicadores de gestão.

Entretanto, a retomada da iniciativa de transferência da gestão do plano tem gerado apreensão entre trabalhadores (as) ativos (as), aposentados (as) e pensionistas, bem como mobilização de suas entidades representativas, que apontam possíveis riscos à governança do plano, à estabilidade de sua administração e à preservação dos direitos previdenciários acumulados ao longo de décadas de contribuição.

Diante da relevância social do tema e da necessidade de assegurar transparência e diálogo institucional, é fundamental que a Comissão de Trabalho promova audiência pública para ouvir representantes da patrocinadora, da entidade gestora do plano e das associações de participantes e assistidos (as), permitindo ao Parlamento acompanhar a questão e contribuir para a proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários envolvidos (as).

Sala das Comissões, ____ de _____ de 2026.

Erika Kokay

Deputada Federal – PT/DF

